

O ENCAIXE DAS RODAS DENTADAS A investigação do terrorismo jihadista em Portugal

José Vegar

Um desejo de destruição em nome de Deus

Apesar da sua intensa e mortífera presença no mundo, o terrorismo não é de definição simples, exactamente porque o que para uns, normalmente estados e grupos de cidadãos, é considerado violência armada criminosa, para outros, organizações terroristas e seus apoiantes, é assumido como uma arma política legítima.^{1/2}

O termo tem origem nos conflitos políticos desencadeados durante o período da Revolução Francesa, e foi pela primeira vez usado em 1790, para designar o “reino de terror” imposto pelo partido jacobino de Robespierre, que envolveu execuções em massa e o recurso a outras formas de violência extrema.

Uma caracterização teórica consensual é a de que o terrorismo implica o “uso sistemático de violência para criar um clima generalizado de medo numa população, com o objectivo de concretizar um determinado fim político”.³

O medo é geralmente conseguido pelo emprego de acções violentas, como são os atentados com armas e explosivos, destinados a causar vítimas mortais, ou os raptos e sequestros. A selecção dos alvos obedece normalmente ao objectivo de causar o maior impacto possível junto dos cidadãos, podendo envolver o ataque a pessoas de grande notoriedade ou especialmente indefesas, como crianças, os ataques aleatórios, destinados a mostrar que qualquer cidadão a todo o momento pode ser uma vítima, gerando assim o pânico generalizado, ou ataques dirigidos directamente ao estado, mostrando a incapacidade deste para proteger os funcionários e estruturas particularmente representativas do seu poder.

O emprego de métodos terroristas tem sido uma constante ao longo da História, começando nas guerras entre populações gregas, em 431 a.C., referidas pelo historiador Xenofonte.

No entanto, após o período da Revolução Francesa, o terrorismo só se torna sistemático a partir da segunda metade do século XIX, através das operações realizadas por anarquistas, especialmente na Europa, contra os regimes instalados. Daí para cá, o terrorismo torna-se uma arma de eleição de grupos e partidos políticos, independentemente da sua ideologia ou programa. Os tipos de conflitos políticos e

1 Uma parte importante da pesquisa realizada para este texto foi igualmente incluída no livro que publiquei recentemente (*Serviços Secretos Portugueses. História e Poder da Espionagem Nacional*, Janeiro de 2007, Lisboa, Esfera dos Livros). No entanto, no livro os dados obtidos serviram uma função descritiva, diferente da tentativa de problematização aplicada neste texto.

2 A este respeito, consideramos um bom começo de leitura os trabalhos de Townshend e Whittaker citados na bibliografia.

3 Não sendo este o objecto principal do nosso trabalho, optamos pela definição de síntese proposta pela Encyclopædia Britannica citada na bibliografia.

militares onde foram, ou são, empregues táticas terroristas têm as naturezas mais diversas. A acção de regimes totalitários contra grupos de cidadãos do seu país, as lutas anticoloniais, as disputas entre nações, estados ou organizações pelo mesmo território ou pela independência, os conflitos religiosos entre populações ou nações com credos diferentes, o separatismo, a oposição política interna ao regime estabelecido, e o combate a estados considerados imperialistas pelos seus inimigos, são aqueles onde o terrorismo marca uma presença decisiva, por vezes constituindo o instrumento fundamental da acção de algumas das organizações ou estados em conflito.⁴

O espaço geoestratégico e mediático criado pelo fim da guerra fria, em 1989, cria visibilidade, ou nalguns casos gera o aparecimento, para novas formas de terrorismo, que desde o início provocam igualmente controvérsia sobre os termos mais correctos para definir tanto as suas ideologia e tipologia, como a prática que adoptam. A maior parte dos teóricos considera que estes são motivados, com algumas excepções, por temas políticos específicos, e por fundamentos religiosos.⁵

A primeira tipologia é normalmente detectada em grupos fechados, cuja “agenda” é determinada pela luta radical contra o estado, as corporações empresariais e a sociedade, acusados de crimes nunca penalizados, e isentos de condenação pela maioria da população. Nesta categoria, encontramos os opositores ao poder do estado federal norte-americano, como os responsáveis pelo atentado de Oklahoma, nos EUA, em 1995, que provocou a morte de 168 pessoas, mas também os militantes ecológicos, ou os de defesa dos direitos dos animais.

A segunda tipologia, o terrorismo religioso, tem como principal característica, segundo Hoffman (2006: 83), a motivação “no todo ou em parte de um imperativo religioso”.⁶

Hoffman (2006: 88) define o corpo identitário essencial do terrorismo religioso como a submissão a uma “ dimensão transcendental” e não política — o que liberta os terroristas de qualquer restrição moral ou prática —, fazendo com que a “violência seja antes e acima de tudo um sacramento ou um dever divino executado como resposta directa a uma exigência ou a um imperativo teológico”, e o emprego desta “em larga escala não só é justificado moralmente, mas considerado também como um expediente necessário para a concretização dos objectivos” dos terroristas.

Hoffman (2006: 89) inclui no quadro de referência dos terroristas religiosos a vontade de “eliminar inimigos definidos segundo critérios muito amplos”, a ausência de controlo por parte de qualquer entidade exterior à organização, bem como uma inexistência da intenção de ganhar o apoio de uma população específica

4 De entre as boas análises históricas publicadas sobre esta vertente do fenómeno, uma boa opção é a de Sinclair, citada na bibliografia.

5 Na definição das tipologias contempladas neste trabalho, aceitamos o trabalho teórico dos académicos do Centro do Estudo de Terrorismo e Violência Política da Universidade de St. Andrews, especialmente o de Magnus Ranstrop e o de Bruce Hoffman, actualmente professor da Universidade de Georgetown.

6 O estudo de Hoffman aqui profusamente citado é já a versão actualizada de 2006, publicada pela CUP.

ou geral, já que os terroristas consideram responder apenas perante Deus. O objectivo final, escreve o autor, é a eliminação do infiel, e não a persuasão e eventual conversão deste.

Nesta segunda tipologia distinguem-se, primeiro, os cultos ou as seitas, reclamantes de uma relação directa com Deus, cuja teoria ou ideologia, que muitas vezes não tem uma vinculação a religiões consagradas, visa não a imposição de uma nova crença religiosa, mas antes a destruição total dos inimigos ou excluídos, quaisquer que estes sejam, em nome de valores “metafísicos”, como a crença que os membros do culto possuem ordem divina para eliminar os pecadores, ou direito exclusivo de habitar o mundo. A aplicação máxima de uma teoria deste tipo foi executada pela seita japonesa Aum Shinrikyo, que desencadeou, em 1995, um ataque com gás venenoso no metro de Tóquio.

Surgem depois, num segundo alinhamento teórico, os grupos ou seitas que se reivindicam de princípios filiados em religiões consagradas, como o Islão ou o budismo.

A história, e o mundo contemporâneo, contém vários exemplos de actos terroristas praticados por grupos de origem religiosa católica, judaica, hinduísta ou budista. No entanto, o predomínio da execução por parte de movimentos muçulmanos de operações de violência armada determinadas principalmente por motivos religiosos, faz com que haja uma identificação generalizada na opinião pública, e em alguma produção teórica e mediática, entre uns e outros.

No caso dos movimentos muçulmanos, o terrorismo praticado é teoricamente suportado por várias correntes ou doutrinas do islamismo,⁷ as quais nos EUA e na maior parte dos estados europeus tendem a ser indistintamente arrumadas na categoria de fundamentalismo ou jihadismo,⁸ que consideram, em termos latos, que uma obediência rígida aos ensinamentos do Corão, o livro sagrado do Islão, contempla o dever do fiel muçulmano de combater através da violência os que não aceitam a palavra de Deus e limitam o poder e expansão do islamismo.

Sendo o Islão uma religião com intervenção essencial na vida pública e política, isto é, com influência directa em todas as dimensões da vida do fiel e da comunidade, a obediência tem obrigatoriamente de se manifestar na vida pessoal e social, daí o papel central das escolas islâmicas (madrassas), mesquitas e da literatura religiosa, na vida política, o que leva a que as regras e negócios do estado devam ser

7 No caso da comunidade islâmica sunita, a que pertencem 80% dos muçulmanos, as principais correntes ou doutrinas que apoiam diversas expressões da *jihad* são o salafismo, o wahhabismo, e o movimento iniciado pelo teólogo egípcio Sayyid Qutb, o qutbismo. No caso da comunidade xiíta, a escola Usuli é a mais representativa.

8 A limitação da visão ocidental dominante em relação ao activismo islâmico, especialmente a redução de todas as suas expressões ao fundamentalismo ou jihadismo, um termo que se impôs nos últimos dois anos para designar o terrorismo com origem em grupos muçulmanos, está expressa em várias obras publicadas recentemente. Um bom trabalho de síntese, procurando contextualizar correctamente os vários movimentos, doutrinas e tendências islâmicas é o do International Crisis Group citado na bibliografia. O estudo pode ser encontrado em www.icg.org. Um outro bom estudo, “Islam and the West”, foi publicado pela revista *The Economist*. Para uma análise mais profunda, devem ser tidos em conta os ensaios de Roy e Keipel, também referenciados na bibliografia.

submetidos à Lei Corânica, e não geridos a partir de princípios seculares, e no dever de todo o muçulmano, cumprindo o comando divino, se empenhar na imposição da vontade de Deus no mundo, e na protecção da *umma*, a comunidade global dos crentes.

Fazendo tábua rasa das especificidades das várias correntes e movimentos islâmicos, e dos seus princípios doutrinários actuais, é possível distinguir três formas maiores de aplicação deste empenhamento: pela via doutrinal e missionária, espalhando a palavra de Deus; pela via política, procurando submeter as nações e países à obediência islâmica; e pela via da *jihad*, que representa, simultaneamente, uma busca pessoal do aperfeiçoamento da prática da fé, e a luta armada pela eliminação do infiel e defesa e triunfo do Islão.

No mundo muçulmano resultante dos impérios coloniais, terminados durante a década de 60 do século passado, a *jihad* foi-se materializando através de um processo complexo e difuso, especialmente no Egipto, a partir dos anos 70 do século passado, e no Irão, onde um movimento xiita islâmico iraniano desencadeou uma revolução triunfante em 1979, e por vários movimentos, fundados nos anos 70, com prática de violência armada. Obviamente, a guerra no Afeganistão contra o invasor soviético foi determinante para a difusão da “luta jihadista”. Isto porque teoricamente, consideram os jihadistas, a “Luta”, deve ser feita contra o “inimigo próximo”, os estados muçulmanos seculares, mas também contra o “inimigo longínquo”, os EUA e os estados europeus com prática colonial, e os seus valores seculares e democráticos, principais obstáculos à existência de uma sociedade islâmica absoluta e aceite em todo o mundo. “A violência e a coacção não só são permitidas para que se atinja a disseminação em todo o mundo da Lei Islâmica, como são consideradas meios para se chegar a este fim sancionado divinamente”, reforça Hoffman (2006: 89).

Apesar de entre os teólogos islâmicos o debate sobre as interpretações radicais da *jihad* — que conduz à violência armada, e está ancorada em alguns dos textos maiores das três principais correntes islâmicas sunitas, o salafismo, o qutbismo e o wahhabismo — nunca ter sido encerrado, o facto é que esta prosperou, servindo de princípio ideológico fundamental a várias organizações muçulmanas que adoptaram uma prática terrorista.

Uma das organizações que acolheu alguns dos princípios extremos do salafismo e do qutbismo foi a Maktab al-Khidamat (“Gabinete de Serviços”), fundada, no princípio dos anos 80, em Peshawar, no Paquistão, por Abdullah Azzam, um veterano da guerra do Afeganistão contra as forças soviéticas.⁹ Azzam exortou os muçulmanos a aderirem à “al-qaeda al-sulhah (vanguarda dos fortes), formada por crentes independentes, dispostos a lutar contra o opressor, que generalizou como o Ocidente, e dando o exemplo à *umma*, a comunidade global dos crentes islâmicos.

Escassos anos depois, o saudita Osama Bin Laden, secundado pelos egípcios Ayman Al-Zawahiri e Mohammed Atef, ex-membros da Irmandade Muçulmana

9 De entre a inúmera literatura publicada sobre “A Base”, foram, para nós, significativas as leituras de Gunaratna, Burke e, claro, *The 9/11 Commission Report*, Norton, um monumento de detalhe analítico.

egípcia, obtiveram o controlo do “Gabinete”, e transformaram-no na “Al-Qaeda”, que significa “a base”, mas também “o método”. Bin Laden juntou ao salafismo e ao qutbismo o wahhabismo,¹⁰ de que era praticante, mas, mais importante, fixou para o seu grupo um preceito estratégico sedutor, ancorado na sua leitura da Lei Islâmica: o do retorno à grandeza desaparecida do Islão, concretizado através de uma *jihād* global contra os estados ocidentais mais poderosos, não defensiva, isto é, que os levasse a terminar a sua influência no mundo islâmico, mas ofensiva, atacando-o no seu território, diminuindo o seu poder, e a atracção universal pelos valores que defende. Ou seja, Bin Laden, por motivos religiosos ou instrumentais, potenciou o conceito radical de *jihād* a um ponto nunca antes atingido, personificando aquilo que o filósofo português Fernando Gil classificou como “uma vontade de destruição (...) apocalíptica”.¹¹

A primeira aplicação da estratégia foi o atentado contra o World Trade Center de Nova Iorque, em 1993, mas só a operação de 11 de Setembro de 2001, com o carácter de destruição apocalíptica referido por Gil, provocou o efeito de pânico global desejado pelos “guerreiros sagrados”.

Numa contextualização eficaz do terrorismo jihadista contemporâneo, Yoram Schweitzer (2003: 1) considera que o 11 de Setembro foi o “evento formativo” do terrorismo deste tipo, que classifica como não convencional.

Schweitzer pensa que o número elevado de vítimas do atentado e o efeito psicológico que causou tiveram como primeira consequência o desencadear de uma “confrontação directa” entre a maior parte dos países ocidentais, liderados pelos EUA, e aquilo que ele chama os “graduados de Bin Laden”, formados nas escolas que este criou no Afeganistão, que lideram algumas das organizações terroristas actuais, ou que com elas mantém ligações. Ou seja, o fenómeno terrorista passou a constituir o objecto de um conflito bélico global, prioritário e contínuo, algo que nunca tinha acontecido antes em relação ao terrorismo, considerado como um problema político e policial contido em fronteiras.

Por outro lado, refere o académico israelita (2003: 1), a influência de Bin Laden nas redes terroristas levou estas últimas a “uma mudança fundamental de consciência”, doutrinando-as no sentido de que “o caminho de Deus”, iluminado pelos ensinamentos do Corão e pela Lei Islâmica, admite a utilização de “mega-ataques de terror”. Schweitzer (2003: 1) aponta que estes megas-ataques podem ser concretizados a dois níveis.

No primeiro estão os “ataques monumentais” usando armas convencionais, como as empregues no 11 de Setembro e 11 de Março. No segundo estão aqueles com armas não convencionais, como as nucleares ou biológicas, que têm como objectivo não só atingir um número alto de vítimas, mas também causar “um golpe moral de uma dimensão até agora desconhecida”.

Considerando que vivemos já na fase inicial da era do terrorismo não convencional, o perito (2003: 2) garante que acontecimentos como a guerra do Iraque

10 O extremo sincretismo e ambiguidade da ideologia da Al-Qaeda são referidos pelos estudiosos da organização referidos na nota anterior.

11 Fernando Gil (s. d.), entrevista à revista *Pública*, págs. 34-42.

poderão ter como consequência o “aceleramento da formação de uma consciência de apoio aos graduados de Bin Laden” que lhes garanta suporte moral para “realizarem ataques terroristas com armas não convencionais”.

Magnus Ranstorp (2005: 1) não só contextualiza, como aprofunda as linhas fundamentais da identidade do terrorismo jihadista. Ranstorp defende que o terrorismo jihadista inaugurou uma nova era de conflito, definiu “o horizonte de segurança global futuro” e materializou aquilo que se pode chamar de “guerra de 4.^a geração”.

O belicismo de 4.^a geração, definido por Ranstorp (2005: 1), é protagonizado por organizações terroristas, com um dispositivo assimétrico em relação ao seu inimigo, os estados, envolvidas numa “missão determinada e mortal” a desempenhar “em operações de pequena escala, num campo de batalha global, sem fronteiras definidas, e sem fim anunciado”.

Ranstorp (2005: 1) sublinha a motivação destes combatentes, recorrendo ao testemunho de Al-Qurashi, um dos adjuntos de Bin Laden: “Como é que podem ser paradas pessoas que desejam a morte acima de tudo?”.

Para Ranstorp (2005: 1), a Al-Qaeda evoluiu vertiginosamente, a partir da reacção americana em 2001, de uma formação “clássica”, com uma hierarquia vincada e vertical, para uma “galáxia assimétrica, fluida, e auto-organizadora da subversão salafita global”.

Ranstorp revela que os líderes da Al-Qaeda, escondidos no submundo dos territórios tribais afegãos ou das urbes paquistanesas, reagruparam-se e atribuíram a si próprios o papel de agirem como “o eco do movimento jihadista”. Para este académico (2005: 2), os membros da Al-Qaeda “privilegiam a estratégia em lugar da táctica, executando planos de subversão multianuais, assentes no planeamento operacional requerido para a execução de atentados espectaculares e complexos contra o inimigo maior, o Ocidente, desencadeados a partir de directivas que partem do topo da organização para as bases”, espalhadas pelo mundo.

O académico de St. Andrews revela que o interrogatório dos membros da “Base” já capturados demonstra que “medidas de segurança, planeamento meticoloso e uma paciência extraordinária comandam a concepção deste tipo de operações extremamente complexas”.

Ranstorp (2005: 2) revela ainda que o interrogatório permitiu saber que o objectivo estratégico do terrorismo islâmico não é só o de atingir o inimigo maior, os EUA e alguns estados europeus, mas também o de “expandir o campo de batalha e espalhar o medo” globalmente.

Como objectivos instrumentais, os terroristas pretendem diminuir a capacidade de combate dos EUA e dos países europeus mais notórios, e destabilizar os regimes árabes que mantêm laços de cooperação com os países europeus e os EUA, especialmente os do Afeganistão, Paquistão e Arábia Saudita.

Embora reconhecendo que constitui uma ameaça grave o facto de alguns elementos da liderança da Al-Qaeda, a começar por Bin Laden, continuarem livres, Ranstorp (2005: 2) prefere sublinhar que aquela organização teve sempre uma composição assente “numa ameaça polimorfa, formada por células semiautónomas que se reconfiguram” segundo as necessidades operacionais.

Por outro lado, acrescenta o perito (2005: 2), é preciso atentar nas características nucleares destas células terroristas. “Elas adaptam-se, reagrupam-se, geram nova liderança, mudam o seu foco geográfico e as suas tácticas”, criando “um número de vários centros de gravidade complexos, com uma matriz desenhada por múltiplos laços de envolvimento”.

Apesar desta configuração quase viral, no sentido da sua reprodução e mutabilidade constantes, Ranstorp (2005: 2) detecta, a partir das informações que os serviços de espionagem obtiveram, alguns padrões nas características essenciais do movimento e das suas células. O primeiro é que as células no Médio-Oriente são formadas por membros de famílias sauditas consideradas.

Um segundo é que o recrutamento na Europa é extremamente activo, a partir de jovens radicalizados nas mesquitas, principalmente em Londres e Paris, que são depois enviados para “teatros de guerra” como o Iraque, ou instrumentalizados para realizar atentados na Europa, como prova a operação em Londres, em Julho de 2005, ou a abortada, também em Londres, em Agosto de 2006.

Um terceiro é desenhado pelos referidos “múltiplos laços de envolvimento”. Ranstorp recorre ao atentado de Madrid, executado por várias “células” jihadistas com ligações muito ténues entre si, para defender que, segundo as análises produzidas até ao momento, os laços são criados “em 70% por muçulmanos que têm relações de amizade entre si, e em 30% por relações de conhecimento”. Estes laços são forjados especialmente nas mesquitas e nas prisões, e os que aderem ao movimento fazem-no por uma mistura de motivos, desde “expição por pecados do passado, especialmente crimes” até “alienação social, crises pessoais e influência de elementos mais politizados”, exercida a partir de “sermões, literatura, DVD e *chats* na internet”.

Em relação ao ciberespaço, Ranstorp (2005: 3) afirma que o mundo virtual é, antes de mais, um meio activo de propaganda, e que elementos da Al-Qaeda, estabelecidos na Arábia, criaram várias revistas *online*, onde são transmitidas directivas e recomendações da liderança. Ranstorp diz que a internet e as telecomunicações, inclusive por satélite, são usadas como “uma infinita estrada de comunicação pelos terroristas”, e que embora a monitorização dos serviços de espionagem seja possível, as células dominam o meio utilizando ficheiros encriptados, cartões de telemóvel pré-comprados, mensagens de *spam* sinalizadas, e *chats* comuns. Uma das tácticas de cobertura utilizadas é a abertura de contas no Yahoo e no Hotmail, com nomes e códigos, permitindo a escrita, na caixa de mensagens, de rascunhos de mensagens, que nunca são enviadas, mas se tornam acessíveis para os membros da célula que conhecem o código de acesso

Um quarto padrão encontrado por este especialista é o engenho e a adaptabilidade conseguidos para captar o dinheiro necessário para os atentados. Ranstorp (2005: 3) diz que o financiamento vem na sua quase totalidade de “fontes ilícitas”, como “o roubo e fraude de cartões de crédito, falsificação de documentos e tráfico de seres humanos”, e que pode ser obtido “por membros individuais das células com capacidades específicas, em períodos de tempo curtos”.

Um quinto padrão é o recrutamento através de entidades religiosas difusas, como a Takfir wal-Hjira, especialmente atractiva para jovens nascidos na Europa

de etnia norte-africana. A Takfir, segundo Ranstorp (2005: 3), funciona como uma “força ideológica unificadora” mas não tem uma hierarquia definida, sendo iniciada, localmente, por muçulmanos com prestígio religioso ou estatuto dentro da comunidade. Ranstorp diz que a Takfir não só age como entidade “congregadora e de recrutamento” como pode servir de base para o planeamento de atentados.

Todos estes padrões, garante Ranstorp (2005: 3), permitem algum conhecimento da morfologia do novo terrorismo, mas, paradoxalmente, reforçam a certeza de que apenas “conhecemos o desconhecido”. Para o académico escocês, é esta a principal ameaça das células operacionais islâmicas, já que são formadas por elementos e entidades de “natureza amorfa” geradas por “constelações assimétricas de pequenos grupos, desterritorializados e de redes transnacionais determinadas por uma subcultura ideológica de exclusão”. Ranstorp admite que perante tal inimigo “continuamos em perigo de perder a guerra”.

De forma ainda mais categórica, Rohan Gunaratna (2006) defende que o terrorismo jihadista faz já parte das sociedades e economias americana, asiáticas e europeias.

Para Gunaratna, “dado que as economias subterrâneas providenciam oportunidades nunca antes registadas para gerar recursos, os terroristas e criminosos do Sul global procuram penetrar ideológica e operacionalmente as suas comunidades migrantes e da diáspora residentes no Norte global”. Assim sendo, garante Gunaratna, os “grupos terroristas, geridos por recrutas, estabeleceram infra-estruturas subterrâneas e à superfície na América do Norte, na Europa e na Austrália. Estas redes não só desenvolvem planos, treinam combatentes e compram armamentos nos seus países de residência; de igual modo, atraem financiamentos, apoio ideológico e força de trabalho através de vastos mecanismos de apoio no Ocidente. O terrorismo em si mesmo implica oferta e procura. O mercado para o terrorismo irá manter-se vibrante (...)”.

Gunaratna (2006) defende a tese de que o terrorismo jihadista surge na época que proporciona mais condições para o seu desenvolvimento. O perito considera que as organizações terroristas pós-guerra fria beneficiam de fronteiras porosas, padrões acentuados de migração, uma revolução nas formas de comunicar, graças à internet, e um acesso ilimitado aos mercados de armamento, que não conseguem escoar os seus excessos.

Gunaratna (2006) defende que os terroristas exploram a seu favor estas constantes do mundo global contemporâneo. Na procura de armas e de outras capacidades fundamentais, afirma o perito, as organizações terroristas tendem cada vez mais a criar sinergias com os grupos de crime organizado, “já que os seus motivos diferem, mas os meios são os mesmos”.

Os mercados ilegais de armas na ex- União Soviética e no Leste da Europa, os mercados subterrâneos de explosivos e o tráfico de drogas, para a obtenção de financiamento, são algumas das áreas imediatas de cooperação. A estas, Gunaratna acrescenta o tráfico de pessoas e a fraude.

O perito considera que este é o lado mais visível do terrorismo jihadista, o da oferta, e aquele que tem sido mais combatido pela espionagem e pela Lei.

No entanto, Gunaratna (2006) chama a atenção para a face mais oculta do terrorismo, a da procura. Escreve ele que “na aldeia global, o apoio que um grupo

terrorista tem, irá determinar a sua vitória ou derrota. Assim, a sobrevivência de um grupo terrorista não depende da sua força, mas sim da força da sua rede de suporte”.

Deste modo, considera, as organizações terroristas estão cada vez mais dependentes das comunidades de emigrantes transnacionais, especialmente as residentes na Europa, que manterão o seu apoio às citadas organizações “desde que os conflitos persistam no Sul global”, dado que “os laços emocionais entre as redes emigrantes no Ocidente e as zonas de conflito no Sul não podem ser cortados”.

O académico (2006) garante que as comunidades emigrantes na Europa e nos EUA, “politizadas, radicalizadas e mobilizadoras”, funcionam como “testas de pontes” para os grupos terroristas, tendo estabelecido células, subterrâneas ou abertas, em Nova Iorque, Londres, Paris, Roma e Madrid. As células secretas, considera Gunaratna, são usadas para reconhecimento, vigilância e captação de recursos. Em complemento, as abertas — com fachadas de grupos religiosos, culturais e de desenvolvimento — servem para obter apoio e influência política.

Mas, relembra o académico, as células de apoio podem transformar-se em “células de ataque”, como aconteceu em Madrid, em 11 de Março de 2004, ou em Londres, em Julho de 2005.

Perante este cenário, Gunaratna (2006) defende que o combate não deve estar centrado nas “células operacionais clássicas”, estabelecidas nos países de origem, mas sim nas de “apoio”, criadas no Norte, dado que são estas que conhecem o terreno nos países onde se fixaram, e são as mais radicalizadas. O perito (2006) considera que se os governos americano e europeus não reduzirem “a ameaça de violência política criada pelas comunidades emigrantes muçulmanas, vigiando e eliminando a propaganda, recrutamento e captação de fundos que estas actualmente praticam”, o terrorismo irá persistir, e até aumentar, já que os membros destas células “são motivados pela crença persistente de que têm o dever de actuar em nome dos muçulmanos sofredores em todo o mundo”.

O encaixe das rodas dentadas como modelo de investigação de segurança do terrorismo jihadista

No combate ao terrorismo jihadista, o modelo de investigação de segurança dos serviços de informações e das polícias portuguesas — Serviços de Informações de Segurança (SIS), Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e Direcção Central de Combate ao Banditismo (DCCB) da Polícia Judiciária¹² —, à semelhança do adoptado pelos EUA e estados europeus, é o de “detectar e perseguir os sinais para conseguir encaixar todas as rodas dentadas do mecanismo”.¹³

12 A pesquisa relacionada com o modelo de investigação do terrorismo jihadista levou-nos a entrevistar, entre 1998 e 2006, investigadores da Polícia Judiciária (PJ), Serviço de Informações de Segurança (SIS) e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) com conhecimento do tema. Por uma questão metodológica, identificamos os autores das informações mais relevantes por números, dada a necessidade de preservar o seu anonimato.

Por outras palavras, a prática adoptada é a de investigar até que uma roda dentada, o propósito de uma acção suspeita de um muçulmano, encaixe na outra, o propósito da acção anterior ou posterior do mesmo muçulmano, ou de outros muçulmanos, também vigiados, ou que o passem a ser.

O modelo assenta no princípio de que qualquer comportamento de um muçulmano, de origem étnica árabe ou europeia, de nacionalidade ocidental ou não, que indicie — que seja o sinal — a ligação a uma acção directa ou indirecta de terrorismo, em qualquer lado do mundo, deve ser acompanhado.

Assim, o modelo de trabalho compreende a investigação de um conjunto de actos praticados por indivíduos, em vários locais do mundo, com graus de visibilidade díspares, que num determinado momento poderão estabelecer uma ou mais conexões, servindo o objectivo de contribuírem para a execução de um acto terrorista.

Isto porque, consideram os investigadores, a partir da experiência adquirida, o planeamento directo de um atentado é apenas uma componente da manifestação de actividade terrorista jihadista. O roubo ou falsificação de documentos de identificação também pode ser, se estes se destinarem a terroristas que necessitam deles. Como a doutrinação feita numa mesquita clandestina num país pode servir para recrutar marroquinos que irão executar um atentado em outro. Como também a “clonagem” de um cartão de crédito pode destinar-se ao financiamento da compra de uma arma.

Os actos prioritários da investigação são os “crimes instrumentais”, isto é aqueles que servem directamente alguns dos interesses operacionais dos terroristas: compra ilegal ou roubo de armas e explosivos, roubo e falsificação de documentos de identificação e cartões de crédito, imigração ilegal, tráfico de pessoas.

Depois, estão uma série de operações essenciais para a formação de uma célula ou a concretização de um atentado, abrangendo a criação de locais de culto religioso de acesso seleccionado, a difusão de propaganda ou ideais extremistas, o recrutamento de iniciados, o financiamento das actividades e as comunicações, por internet ou por redes de comunicação de voz, imagem e dados.

Em relação aos crimes instrumentais, o propósito máximo dos investigadores está não só em detectar um acto do tipo referido — por exemplo, a aquisição de um número de passaportes roubados ou falsos —, descobrindo que este indica a preparação atempada de um acto terrorista, e não somente o desenvolvimento de uma actividade criminosa, como em identificar os agentes da oferta, isto é, os criminosos que possam fornecer meios essenciais aos elementos de uma célula terrorista, em formação ou já definida.

Em relação às operações essenciais, o mais importante é sempre a pesquisa das fontes do financiamento e dos canais da sua distribuição.

Deste modo, o esforço das autoridades concentra-se na monitorização do circuito do dinheiro que financia o terrorismo islâmico, que se concretiza por vias bastante complexas.

13 Entrevista do autor a inspector-coordenador da PJ, Novembro de 2005 (funcionário PJ-1).

Actualmente, as principais tipologias de financiamento do terrorismo, e de branqueamento de dinheiro, que são acções distintas, estão teoricamente assinaladas.¹⁴

Nesta matéria, o desvio programado de verbas de organizações de caridade islâmica, a criação de empresas fictícias e a canalização de quantias provenientes do crime são as principais fontes. Os canais de distribuição assentam em sistemas alternativos internacionais de envio de dinheiro, legais ou não, na “invenção” de documentação proveniente de actividade comercial fictícia, no sistema financeiro ocidental, e no uso de correios humanos. Os mecanismos usados são múltiplos, e vão da sobre facturação comercial ao tradicional branqueamento, usando paraísos *off-shore*.¹⁵

Nesta área extremamente técnica, os serviços de informações americanos são os mais avançados, mantendo um sistema electrónico de vigilância de transacções financeiras com alcance mundial, com a colaboração das instituições bancárias dos principais países europeus, ligadas pelo sistema SWIFT de transferência global de dinheiro, que tem permitido a monitorização de “dezenas de milhares de transacções”.¹⁶ O Reino Unido tem também uma unidade especial de vigilância do financiamento do terrorismo, responsável pelo início da investigação que abortou o plano de atentado revelado em Agosto de 2006.¹⁷

No campo das comunicações, é convicção assente entre os serviços, como refere Ranstrop, de que o ciberespaço é um terreno de eleição para os terroristas, dada a confidencialidade, alcance e rapidez que garante aos contactos, feitos com múltiplas intenções.

Mais uma vez, são os americanos que detêm a liderança neste sector, através da National Security Agency, que desenvolveu um programa de monitorização sistémica, à escala mundial, de comunicações telefónicas e de correio electrónico, com alcance global, através de algoritmos e palavras-chave.

Uma linha de trabalho que tem sido desenvolvida com grande intensidade é a da descoberta e vigilância de *sites*, *blogs* e *chats*, já que os serviços chegaram à conclusão de que, por um lado, estes têm sido fundamentais na divulgação dos ideais da *jihad* e na captação de novos fiéis, e que, por outro lado, são criados ou geridos por elementos importantes da comunidade radical, por vezes conhecidos apenas de um pequeno grupo de iniciados ou com um perfil discreto.

14 As tipologias do financiamento do terrorismo, e do branqueamento de dinheiro, são o objecto de vários relatórios exaustivos do FATF- GAFI, a entidade de liderança neste sector. A informação pode ser encontrada em www.fatf-gafi.org.

15 Mais uma vez o FATF-GAFI disponibiliza informação detalhada sobre estes processos, em www.fatf-gafi.org.

16 Uma síntese objectiva sobre este programa é feita pelo *Financial Times*, 24 de Junho de 2006, pág. 3.

17 A unidade (UK National Terrorist Financial Investigation) detectou, a partir de Março de 2006, o envio anormal de dinheiro de uma ONG islâmica de Londres para o Paquistão, para as contas bancárias de três dos principais suspeitos de autoria do plano do atentado, que foram detidos. Um bom relatório sobre esta investigação foi produzido pelo Institute of Defence and Strategic Studies de Singapura, disponível em www.idss.edu.sg.

A difusão de ideais e o recrutamento de militantes é a última zona prioritária dos serviços. Neste universo, as autoridades seguem com especial atenção as mesquitas ou locais de culto informais de dimensão reduzida, e todos os actos que possam indicar a adopção de um ideário radical, ou a exibição de atitudes extremistas por parte de um muçulmano. O facto de os atentados de Madrid e Londres, bem como o abortado em Londres, em Agosto de 2006, terem sido protagonizados por elementos da comunidade muçulmana residente no Ocidente faz com que esta componente da investigação receba cada vez mais preponderância.

O modelo de pesquisa e análise do terrorismo jihadista em território americano e europeu incide sobre três tipos de alvos.

O primeiro é formado por muçulmanos nascidos ou residentes nos EUA e em países da Europa, que, por vários motivos, que vão da prática de crimes a vazios existencialistas, não se sentem integrados nas respectivas sociedades.

O segundo é composto por muçulmanos “volantes”, normalmente imigrantes ilegais oriundos de países do Médio-Oriente, do Magrebe e da Ásia. Segundo os dados coligidos pelos vários serviços ocidentais, uma célula terrorista pode surgir do nada em qualquer país, levantada por elementos que emigram de um momento para o outro, totalmente desconhecidos, conseqüentemente não referenciados, ou por outros sem um passado de acção terrorista, e que, habitualmente, permanecem num “submundo” situado entre o trabalho precário, a ilegalidade e a criminalidade. Estes muçulmanos podem desencadear uma acção por iniciativa própria, ou podem ser contactados por um terrorista residente em outro país, que considera que eles estão no sítio certo no momento certo.

Se forem lidos com atenção os pormenores do atentado de 11 de Março em Madrid, percebe-se que Jamal Zougan, o marroquino de 30 anos que aparentemente teve um papel importante na coordenação da operação, há muito tempo que estava referenciado pelos espanhóis como traficante de droga e elemento de apoio de extremistas islâmicos. Conhecia-se perfeitamente a sua ligação à célula marroquina de terrorismo islâmico, o Grupo Islâmico Combatente Marroquino (GICM), que efectuou o atentado de Casablanca, chegou a ser interrogado após o 11 de Setembro, e foi descoberto um vídeo em sua casa onde apareciam outros elementos do GICM. No entanto, nunca se detectou que ele estivesse a preparar o atentado. De repente, desapareceu, recebeu ordem para passar a um nível superior, e executou a operação.

O terceiro tipo de alvos integra os adormecidos,¹⁸ os *sleepers* inventados pelo KGB. São elementos perfeitamente integrados nas comunidades onde residem, por vezes há décadas, cultos, muitos são quadros superiores, extremamente discretos, por vezes nem frequentam mesquitas ou locais de encontro da comunidade, e que não manifestam qualquer sinal de intolerância ou de advogarem os princípios da *jihad*. No entanto, referem insistentemente os relatórios, um dia recebem uma indicação, e fornecem todo o apoio ou organizam eles mesmos um atentado. Quando, retrospectivamente, os serviços investigam o passado destes homens, descobrem sempre um sinal que é óbvio. Ou tiveram um familiar que cometeu um atentado

18 Entrevista do autor a inspector-coordenador da PJ, Novembro de 2005 (Funcionário PJ-1).

suicida, ou frequentaram uma escola fundamentalista, ou tiveram um pequeno deslize. Por exemplo, desde 2001 é muito célebre entre os serviços secretos europeus o facto de que Atta, um dos executantes do atentado de 11 de Setembro, recusou apertar a mão da reitora da universidade alemã em que se licenciou, e de que escreveu uma tese de licenciatura sobre a ocupação ocidental de terras muçulmanas.

Para os serviços, os adormecidos são o alvo mais difícil de investigar, exactamente porque todo o seu comportamento é intocável. Mais ainda, revelam os padrões estudados, são homens preparados para esperar anos ou décadas, porque se alimentam do sonho da glorificação pela morte, uma das crenças da *jihad*.

Para além do emprego do modelo específico até agora referido, as técnicas usadas, no geral, pelos serviços e polícias, são as consagradas no combate ao crime organizado, com uma excepção.

Contra as organizações terroristas jihadistas, o uso de infiltrados é muito raro. Salvo exemplos pontuais, são diminutas as hipóteses de utilização deste recurso, já que as células são organizações impenetráveis por natureza, dado que os investigadores não conseguem quebrar a barreira de desconfiança criada pelo abismo cultural, religioso e linguístico.

Com os informadores, é diferente. Alguns êxitos têm sido obtidos em Portugal, e em outros países, porque a lealdade e a crença na *jihad* não são universais. Os muçulmanos que aceitam informar, falam por rancor, por dinheiro, mas muitas vezes porque não querem que se instale a desconfiança ou o ódio da sociedade dominante em relação às suas comunidades e negócios.

Segue-se a vigilância de alvos directos de uma investigação no terreno, em busca das suas intenções e ligações.

Depois, a utilização do saber dos analistas dos serviços de espionagem e das polícias, os funcionários com formação especializada em terrorismo jihadista e islamismo, com um domínio cultural do fenómeno e dos seus protagonistas.

Por último, o que funciona, cada vez mais, pela primeira vez na história dos serviços de espionagem em todo o mundo, é a cooperação intensa, efectiva e permanente. Portugal, por exemplo, tem beneficiado consideravelmente das informações dos seus pares. Também a União Europeia, através da Europol, tem já a máquina bem oleada e alimentada, fazendo o recorte e análise da informação que recebe dos países membros, e enviando-a depois sem restrições para os destinatários a que esta interessa, Portugal incluído.

Mas a verdadeira cooperação eficaz, pelo que se sabe, tem sido encetada por americanos, ingleses, franceses e alemães, que têm procurado estabelecer laços íntimos e úteis com os serviços que lidam com a “origem” da ameaça, isto é, os paquistaneses, sauditas, jordanos, egípcios e iranianos. Não esquecendo o papel cada vez mais relevante que os serviços secretos israelitas desempenham neste conflito global, como fornecedores de elite de informação.

Em relação ao limite de eficácia do modelo de investigação posto em prática, ele é construído principalmente, se tivermos em conta a reflexão reservada existente,¹⁹ pelos muçulmanos em trânsito permanente na Europa e pela multiplicação de alvos.

No primeiro caso, a acção subterrânea desencadeada por elementos “volantes”

parece ser o principal problema com que se defrontam os investigadores, já que descobrir a tempo o momento em que estes elementos decidem ou recebem uma ordem para passar a um nível superior, o da execução directa de uma operação de destruição, é, muitas vezes, um objectivo não concretizado.

No segundo caso, referem os investigadores, os múltiplos exemplos de acções potencialmente terroristas monitorizadas nos últimos quatro anos mostram que é muito limitada a hipótese de construção de prioridades num período de tempo que permita uma investigação sólida. As variáveis, os actos e os alvos são múltiplos, e o desenrolar permanente dos acontecimentos ultrapassa sempre a capacidade de investigação e detenção.

Um terceiro limite à eficácia, que se manifesta em Portugal, é o da falta de coordenação e cooperação entre as entidades investigatórias.

A dimensão da ameaça em Portugal

A frente portuguesa da “guerra longa”²⁰ contra o terrorismo jihadista foi activada em resposta à acção de Eddin Barakata Yarkas, também conhecido por Abou Dahda, espanhol de origem síria, há muito vigiado pelas autoridades do seu país, devido à suspeição de que pertencia a organizações jihadistas.²¹

Logo após o atentado do 11 de Setembro de 2001, os EUA, numa atitude inédita, começaram a libertar muita da informação disponível sobre organizações extremistas islâmicas, especialmente sobre a complexa organização ligada à Al-Qaeda.

Yarkas estava referenciado como o contacto de topo da organização em Espanha. Os serviços de informações espanhóis juntaram esta informação à que tinha sido armazenada em anos anteriores, e apertaram a malha de vigilância. Logo em Novembro de 2001, Yarkas foi preso, juntamente com outros seis muçulmanos, também acusados de cooperarem com a rede global inspirada por Bin Laden.

Pouco tempo depois, foi a vez de os espanhóis começarem a soltar informação. Neste processo, umas das fontes primordiais de recolha de dados tinham sido as chamadas telefónicas de Yarkas, registadas nos seus vários cartões de telemóvel, e uma preciosa agenda de contactos, que incrivelmente foi recuperada intacta. A partir dos registos telefónicos e da lista de números da agenda, foi possível

19 Informação da polícia e serviços portugueses obtida em entrevistas do autor com funcionário superior do SIS, Outubro de 2005 (funcionário SIS-1), e funcionário superior da PJ, Dezembro de 2005 (funcionário PJ-2).

20 Na doutrina mais recente sobre o terrorismo jihadista e o tipo de conflito que originou com os principais países do Ocidente, é perceptível a evolução de terminologia de “guerra global” ou “guerra contra o terror” para “guerra longa”. A este propósito consultar o texto “Knowing the enemy”, publicado pela revista *The New Yorker*, em 18 de Dezembro de 2006.

21 Como já foi referido em nota anterior, os dados revelados neste trecho do artigo foram obtidos a partir de recolhas periódicas de informação efectuadas pelo autor junto de funcionários superiores do SIS, da PJ, do SEF, entre 1998 e 2006. Quando se justifique, como também já se referiu, será assinalada através de nota a fonte de informações específicas.

reconstituir o organigrama, ou parte dele, da célula, ou células, a operar em Espanha, no Sul da Europa e no Norte de África.

A fatia de informação libertada para Portugal, entregue ao SIS e à DCCB foi ao mesmo tempo tranquilizante e preocupante. Yarkas nunca tinha falado para Portugal. Mas tinha em sua posse vários números de telemóvel de norte-africanos fixados em Portugal, especialmente marroquinos e argelinos, quase todos eles residentes na grande Lisboa.²²

A partir desta informação, a que juntaram alguma existente, os serviços e as polícias iniciaram os primeiros trabalhos no terreno. Mantendo a tradição, o SIS e a DCCB, cada um por seu lado, conseguiram isolar os primeiros alvos.

Em 2002, foram aprofundadas as investigações, que ainda hoje prosseguem, sobre as redes de magrebins, egípcios e paquistaneses que vivem ilegalmente em Portugal. A visibilidade pública deste trabalho investigativo foi a detenção, em Março de 2003, numa operação conjunta entre o SIS e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), realizada em Lisboa e na Quarteira, Algarve, de parte de uma rede de argelinos, constituída por 13 indivíduos, que se dedicava, entre outras actividades criminosas, à falsificação e utilização de documentos falsos, especialmente passaportes, bilhetes de identidade e cartões de crédito. No entanto, consideram hoje alguns investigadores, a detenção foi precipitada, já que teria sido útil deixar os argelinos em liberdade, para avaliar da totalidade das suas ligações.²³ É que alguns dos argelinos detidos ou referenciados na altura, nomeadamente os que davam pelos nomes de Oulhaj e Sassi, tinham já um longo passado de ligação a grupos jihadistas em toda a Europa, e estavam referenciados pelas autoridades inglesas e alemãs.²⁴

Do trabalho de investigação sobre parte da rede identificada pelo SIS e SEF, prosseguido criminalmente pela DCCB, resultou a detenção, mais tarde, e depois a condenação, em 2004, do cidadão argelino Sofiane Laib, de 25 anos, a três anos e meio de prisão, apenas por falsificação e utilização de documentos falsos.

Não foi provada qualquer das acusações de terrorismo ou pertença a organização terrorista. No entanto, o que mostram claramente os ficheiros deste processo elaborados pelo SIS e pela DCCB, alimentados também por informações resultantes da colaboração das autoridades inglesa e alemã, é que Laib tinha residido em Hamburgo entre 1998 e 2001, tendo privado com Atta e outros magrebins envolvidos na preparação e execução do atentado de 11 de Setembro de 2001.²⁵

Laib e Atta viveram juntos em Hamburgo, num apartamento arrendado por Atta, entre 1998 e 2000, onde durante esse período habitaram mais 29 muçulmanos.

Aliás, os ficheiros indicam que Laib conhecia e tinha uma relação próxima com um dos muçulmanos que privou intimamente com Atta, o tunisino Ben Yamin

22 Entrevista do autor a funcionário superior do SIS, Março de 2004 (F-SIS-2).

23 Entrevista do autor a funcionário superior da PJ, Dezembro de 2005 (F-PJ-2).

24 Entrevista do autor a inspector-coordenador da PJ, Março de 2004 (F-PJ-3).

25 A actividade da célula de Hamburgo está documentada em várias obras abertas. No entanto, pela minúcia da pesquisa, é obrigatória a consulta de *The 9/11 Commission Report*, Norton, págs. 160-169.

Issak. Nos anos seguintes, Laib e Issak mantiveram a relação, inclusivamente em Lisboa, onde o tunisino residiu em várias alturas.²⁶

Em Janeiro de 2003, Issak foi preso na casa de outro argelino, em Londres, juntamente com mais 25 muçulmanos, em outros pontos do Reino Unido, acusados de conspiração terrorista. Aquando da sua detenção, Issak tinha consigo com um passaporte francês falso, um bilhete de identidade português também falso, para além de sementes de rícina, que podem ser usadas como veneno, e planos para atentados. Mais tarde, durante os interrogatórios, o próprio Issak confirmou que, depois de Hamburgo, tinha voltado a ter contactos com Laib, em vários países europeus. Aos ingleses Issak confessou ter mantido uma relação com Mohameed Atta.

Laib, por sua vez, nos dias anteriores à sua detenção em Lisboa, tinha feito telefonemas para o Reino Unido, para França, para Hamburgo e para o Líbano.

Publicamente, a investigação dos argelinos em Portugal fechou com a condenação de Laib. Mas a vigilância manteve-se, pela simples razão de que alguns dos argelinos e marroquinos acusados de pertencerem à suposta rede flexível onde se integrava Laib continuam a residir em Lisboa, ou pelo menos a passar largas temporadas na cidade.

A informação contida nos relatórios produzidos posteriormente assegura que o desmantelamento temporário da rede argelina em 2003 é apenas uma reduzida parte da hipotética actividade terrorista jihadista em Portugal.

De 2002 para cá, a análise indica que o terrorismo jihadista não esqueceu o território nacional, tendo uma presença do mesmo tipo registado em várias capitais europeias.

Assim, o SIS e a DCCB foram investigando vários outros sinais preocupantes.²⁷

Em Maio de 2004, nas vésperas do campeonato europeu de futebol, foram expulsos de Portugal onze magrebinos, dos quais alguns são suspeitos de ligações à célula responsável pela morte do realizador holandês Theo Van Gogh, em 2003, em Amesterdão. Efectivamente, o marroquino Noureddine estava nesse grupo, e foi, depois do atentado que vitimou mortalmente Van Gogh, preso pela polícia holandesa. Em Amesterdão, antes do atentado, Noureddine partilhava um apartamento com o principal acusado pelo homicídio de Van Gogh, Mohamed Bouyeri.

A PJ realizou a operação detalhada numa pensão do Porto, tendo prendido Noureddine e mais dez magrebinos, devido a informações provenientes do serviço secreto holandês, que garantia ter sido transferido dinheiro da Holanda para o Porto, para uma possível conta do marroquino. A hipótese de um atentado levou a polícia a realizar uma operação preventiva.

Aliás, na Primavera de 2004, foram investigados em Portugal nove casos relacionados com possíveis ligações de muçulmanos a redes terroristas. Já em Outubro de 2004, as autoridades espanholas libertaram a informação que uma célula terrorista pretendia adquirir explosivos na zona de Bragança, para serem utilizados

26 Entrevista do autor a funcionário superior do SIS, Março de 2004 (F-SIS-2).

27 Entrevista do autor a funcionário superior da PJ, Janeiro de 2006 (F-PJ-4).

num atentado contra a Audiência Nacional de Madrid, o tribunal encarregue da investigação do terrorismo.

Ainda em 2004, a DCCB investigou uma série de transferências bancárias de Lisboa para Madrid, realizadas em 2003, que podem ter servido para um financiamento parcial do atentado de 11 de Março.

Já em Maio de 2005, o estado português extraditou para a Bélgica o bielorrusso Serguei Malischev, nascido em 1975, e suposto perito em armas químicas, suspeito de pertencer ao movimento jihadista. Malischev esteve preso dois meses em Portugal, por ter desrespeitado uma ordem de expulsão do país, decretada após a sua detecção no Algarve, onde circulava sem documentos. Foi extraditado para a Bélgica, porque o estado belga tinha emitido um mandato de captura internacional em seu nome. No nosso país, Malischev, interrogado, não revelou qualquer ligação ao terrorismo, nem foi, aparentemente, possível descobrir qualquer actividade suspeita da sua parte.

Mas em Dezembro de 2005, Malischev foi preso em Espanha, perto de Palma de Maiorca, acusado de pertencer a uma célula jihadista liderada por um iraquiano, Abu Sufian.

São fragmentos de actividades como os acima referidos, e o conhecimento adquirido desde os anos 90 dos complexos fios da teia elaborados pelos extremistas islâmicos, que levam à crença, no SIS e na DCCB, de que existem actividades importantes de células de terrorismo jihadista em Portugal. O serviço arriscou mesmo escrever recentemente²⁸ que “as redes jihadistas transnacionais representam hoje para Portugal uma ameaça real. No nosso país foi detectada a presença de indivíduos aparentemente com ligações às redes jihadistas europeias, suspeitos de integrarem células terroristas noutros países europeus e de estarem envolvidos em recrutamento e preparação de atentados”. O SIS garante ainda que “continua também a verificar-se a possibilidade de actividades de apoio logístico a indivíduos suspeitos de estarem envolvidos em actividades terroristas e que se deslocaram ao nosso país em busca de documentos falsos, de financiamento e de recuo temporário. Uma parte significativa dos indivíduos suspeitos de envolvimento no apoio logístico dedica-se simultaneamente a actividades criminosas, tais como tráfico de estupefacientes, roubo e furto de documentos, cartões de crédito e telemóveis, bem como auxílio à imigração ilegal”.

O serviço de espionagem portuguesa, com uma franqueza rara, alerta também para o problema mais complexo, o do financiamento, escrevendo que “foram também detectados novos indícios de actividades de financiamento para organizações radicais e grupos extremistas a actuar fora de território nacional, designadamente na região indo-paquistanesa”.²⁹

Daquela data até hoje, a ameaça acima caracterizada, que é desenhada pelas várias acções descritas, não só se manteve, como aumentou.

A informação produzida pelos investigadores nacionais indica que em Portugal as acções referidas são realizadas por uma série de redes criminosas de muçulmanos,

28 Relatório de Segurança Interna 2005 (Março de 2006), capítulo SIS, Ministério da Administração Interna, disponível *online* em www.mai.gov.pt.

29 *Idem*.

que partilham a crença radical islâmica, que a qualquer momento podem receber ordem para cometer um atentado.

As referidas redes circulam nos circuitos construídos pelos residentes que formaram a última vaga de migração, iniciada nos anos 90, constituída por homens e mulheres oriundos do Paquistão, Egipto, Norte de África e Bangladesh, sem qualquer ligação a Portugal, disseminados em todo o território, embora predominantemente na periferia das grandes cidades, e sem ligações à comunidade central.

Para além da dedicação ao crime, estas redes, ou elementos delas, desenvolvem esforços para a criação de mesquitas clandestinas, muitas vezes em quartos de pensões, onde vão os imigrantes ilegais, os explorados profissionalmente, os alvos de racismo, e os desprezados dentro da própria comunidade. Numa palavra, os desenhados, que são os mais sensíveis ao recrutamento jihadista. Um relatório refere o facto de, recentemente, terem sido detectadas mesquitas deste tipo no Algarve, em Odivelas e na Margem Sul de Lisboa.³⁰

A um outro nível, mas em contacto permanente com este circuito, um grupo religioso tem direito a uma vigilância específica. O Tabligh Jamaat, uma organização largamente disseminada no mundo muçulmano, e que se atribui a si próprio um papel missionário activo, tem suscitado as atenções dos serviços, mas sem que até agora tenha sido detectado nenhum sinal perigoso. No entanto, a pureza doutrinária e a “praxis” defendidas pelo Tabligh pode ser muito cativante para um muçulmano desenhado e solitário numa cidade europeia, e pode hipoteticamente levá-lo, por decisão própria, a outro tipo de crenças e acções, relacionadas com o extremismo ou com uma prática terrorista validada pela *jihad*.

Em relação à comunidade islâmica portuguesa, que pode constituir uma outra linha de hipotética ameaça, principalmente através de elementos desta que professam ideais extremistas, os dados obtidos são até ao momento mais tranquilizantes.

Com pouco mais de 30 mil membros — muito menos que os milhões residentes em França, Reino Unido e Alemanha —, na sua maioria sunitas, espalhados maioritariamente pela grande Lisboa, e com locais de culto conhecidos, os muçulmanos portugueses, cuja primeira geração tem origem em Moçambique, e a segunda nasceu no nosso país, nunca mostraram grande apego ou simpatia pelas ideias extremistas.

Um parágrafo de um texto escrito por um antigo director do SIS, José António Teles Pereira, faz a síntese pública possível da dimensão da ameaça jihadista em território nacional: “O nosso país situa-se numa espécie de zona ‘cinzenta’, da qual o máximo que se pode dizer é que não está tão ‘próximo’ do problema que a ocorrência de atentados se situe a nível da grande probabilidade, mas que também não está tão ‘longe’ em termos de essa possibilidade ser considerada negligenciável”.³¹

O que mostram os dados vertidos neste texto é a existência de um confronto dos estados americano e europeus,³² e dos seus sistemas de investigação de segurança, com um inimigo, o muçulmano envolvido em actividade terrorista,

30 Entrevista do autor a funcionário superior PJ, Janeiro de 2006 (F-PJ-4)

31 José António Teles Pereira (29 de Setembro de 2005), revista *Atlântico*, págs. 38-43.

que adopta um quadro de referência e um modo de actuar praticamente incontroláveis.

Em relação ao quadro referencial, os estados americano e europeus circunscrevem o fenómeno do terrorismo jihadista à área da segurança nacional, enquanto os autores daquele reivindicam um largo espectro de fundamentos religiosos e civilizacionais.

No que concerne à prática, os estados americano e europeus funcionam ainda limitados pela soberania e pelas fronteiras, num território mundial que os praticantes do terrorismo jihadista consideram globalizado, sem barreiras estanques e recheado de ferramentas úteis, como são as comunicações e as ligações do sistema financeiro internacional. Assim, o encaixe das rodas dentadas é, simultaneamente, um labirinto de enorme complexidade para os investigadores, e um método de eficiência aprovada pelos terroristas.

Referências bibliográficas

- Burke, Jason (2004), *Al Qaeda. A História do Islamismo Radical*, Lisboa, Quetzal.
- Burke, Jason (Maio de 2004), "Al Qaeda", *Foreign Policy*.
- Economist Intelligence Unit (11 de Setembro de 2003), "Islam and the West: special report", *The Economist*.
- Encyclopedia Britannica (2005), "Terrorism", edição em DVD.
- Gunaratna, Rohan (2002), *Inside Al Qaeda*, Nova Iorque, Berkley.
- Gunaratna, Rohan (2006), "The terror market", *Harvard International Review*, pp. 66-70.
- Hoffman, Bruce (2006), *Inside Terrorism*, Nova Iorque, CUP.
- International Crisis Group (Março de 2005), *Understanding Islamism*, relatório.
- Kepel, Gilles (2002), *Jihad. The Trail of Political Islam*, Washington, IB Tauris.
- National Commission (2005), *The 9/11 Commission Report*, Washington, Norton.
- Ranstorp, Magnus (Junho de 2005), "Al-Qaida: an expanded global network of terror", ensaio, *RUSI Journal*, Royal United Services Institute.
- Roy, Olivier (2003), *Globalised Islam*, Washington, C. Hurst.
- Schweitzer, Yoram (Junho de 2003), "The age of non-conventional terrorism", ensaio, *RUSI Journal*, Royal United Services Institute.
- Sinclair, Andrew (2003), *An Anatomy of Terror*, Londres, Pan.
- Townshend, Charles (2002), *Terrorism. A Very Short Introduction*, Londres, Oxford University Press.
- Whittaker, David J. (2003), *The Terrorism Reader*, Londres, Routledge.

José Vegar. Mestrando em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação (ISCTE 2007/08). Jornalista. E-mail: vegarj@gmail.com

32 Neste confronto, os actuais governos de nações muçulmanas, como os do Paquistão e da Indonésia, têm adoptado uma posição de confronto com os grupos e organizações apoiantes da *jihad*, e de colaboração com os EUA e alguns estados europeus.